

RESPONSABILIDADE SOCIAL: VERIFICANDO O ENVOLVIMENTO DAS COOPERATIVAS DE SÃO JOÃO

Patrícia de Souza¹
Jucelia Appio²
Liliane Canopf³

Área de conhecimento: Administração.
Eixo Temático: Outros.

RESUMO

Empresas assumem diferentes tipos de envolvimento em atividades e obras sociais. Este estudo de natureza teórico-empírica, com uma abordagem qualitativa, exploratório e descritivo, teve como objeto verificar o envolvimento (abordagem da obrigação social, abordagem da responsabilidade social e abordagem da sensibilidade social) de quatro cooperativas de São João, Estado do Paraná, quanto as ações de responsabilidade social. Para coleta de dados utilizou-se de um questionário semi-estruturado, contendo uma pergunta fechada e quatro abertas, elaboradas com base em Montana e Charnov (1998) Robbins (2000) e Chiavenato (2003). Para coleta de dados, procedeu-se agendamento antecipado e em seguida realizou-se entrevista *in loco* entre os dias 04 e 08 de março de 2013. Foram entrevistados um responsável pelo departamento de promoção social, um assessor de comunicação e marketing, um presidente e um gerente, resguardando o anonimato dos respondentes e da cooperativa. Tais entrevistas revelam que embora as cooperativas acreditem que estão exercendo práticas de sensibilidade social, muitas delas aplicam seus recursos para realizar apenas o exigido por lei. Ademais, foi possível perceber, que ainda não se tem um entendimento correto do que é responsabilidade social, alguns entrevistados citaram como práticas de responsabilidade social a participação em festa nas comunidades uma vez no ano e ainda promovendo o nome da cooperativa.

Palavras-chave: Responsabilidade Social. Cooperativas. Envolvimento.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente as organizações sofrem pressão quanto ao seu posicionamento diante das questões de responsabilidade social, o consumidor não está mais aceitando apenas uma organização que trabalhe por seus interesses próprios, mas que se comprometa com a sociedade e respeite o ambiente onde ela está inserida. Muitas destas empresas já apresentam a consciência da importância de se adequar ao novo padrão, no qual suas responsabilidades sociais vão além de obedecer à lei e gerar lucros para seus acionistas, mas englobam o conhecer quem são os beneficiados e prejudicados com as atividades que elas desempenham e

¹ SOUZA, Patrícia de¹. Pós-graduada em Gestão Empresarial, pela UNIOESTE.
patriciasouzza@hotmail.com

² APPIO, Jucelia². Dr^a. em Administração, pela Universidade Positivo. juceliaappio@yahoo.com.br

³ CANOPF, Liliane³. Dr^a. em Administração, pela Universidade Positivo. lilianec@utfpr.edu.br



desenvolver projetos que intervêm positivamente no ambiente social que a empresa está inserida (ROBBIN, 2000; SROUR, 1998). Nesse mesmo sentido, temos as cooperativas que vêm crescendo cada dia mais e sendo grandes entidades também cobradas e questionadas quando aos aspectos sociais, muitas vezes mais, por já terem este conceito inserido na doutrina cooperativista.

A partir desse cenário que vem se modificando rapidamente através de leis e exigências da população, este artigo se propõe, através de uma pesquisa bibliográfica e de campo, identificar e classificar de acordo com a teoria proposta por Montana e Charnov (1998) Robbins (2000) e Chiavenato (2003), os diferentes tipos de abordagens social, utilizados pelas cooperativas, do município de São João, para verificar o envolvimento na responsabilidade social das mesmas.

Dentro da abordagem de Keith Davis, o movimento cooperativista apresenta princípios relacionados com esta visão favorável às ações sociais. Nesse sentido, o estudo busca evidenciar o envolvimento das cooperativas com a responsabilidade social, através de pesquisa que relaciona a teoria com as ações das cooperativas, as quais pregam a responsabilidade social como um dos alicerces do cooperativismo.

Para o desenvolvimento deste trabalho, inicialmente foi realizado uma revisão histórica da evolução do conceito de responsabilidade social, conceituando ética e descrevendo os diferentes tipos de abordagem, defendidas por dois autores importante da área não obstante, na literatura observou-se que, em sentido antagônico, autores tem se posicionado contra a responsabilidade social (Milton Friedman) e outros com argumentos da responsabilidade social (Keith Davis). Após será apresentado a evolução do movimento cooperativista e os princípios que regem as cooperativas.

O artigo está estruturado em quatro seções, após esta introdução. Na primeira, apresenta-se o quadro teórico de referência. Em seguida, descrevem-se os procedimentos metodológicos realizados na análise empírica, cujos resultados são apresentados e discutidos na seção seguinte. No final, as considerações deste estudo no campo do conhecimento são apresentadas.



2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Para Montana e Charnov (1998) foi a partir do século XX que as empresas passaram a se preocupar mais com suas obrigações sociais. Essa preocupação derivou do contínuo crescimento de movimentos ecológicos e de defesa ao consumidor que tem focalizado o relacionamento entre empresa e sociedade. Como a ideia de destinar recursos financeiros da organização para ações que beneficiem a sociedade nem sempre foi bem recebida, é possível ver na literatura especializada não só a divergência de tipos de ações, como também o questionamento da legitimidade de empregar os recursos da empresa (acionista) em ações sociais.

Ashley, Coutinho e Tomei (2000), fazem a abordagem histórica de responsabilidade social dividida em duas fases, uma que trata da própria introdução do conceito nos meios acadêmico e empresarial e outra que mostra a sua evolução recente da década de 60 até a década de 90. Até o início do século XX a premissa fundamental da legislação sobre corporações era de que seu propósito era a realização de lucros para seus acionistas.

De acordo com Ashley, Coutinho e Tomei (2000) essa questão é ilustrada claramente através do julgamento na Justiça Americana do caso Dodge *versus* Ford. A causa dizia respeito à autoridade do presidente e acionista majoritário Henry Ford, em tomar decisões que contrariavam os interesses de um grupo de acionistas da Ford, John e Horace Dodge. Em 1916, Henry Ford alegando objetivos sociais, decidiu não distribuir parte dos dividendos esperados, revertendo o dinheiro em ações como aumento da capacidade de produção, redução de preços dos carros e a melhoria dos salários dos empregados.

No ano de 1953, foi retomado o debate sobre a responsabilidade social dentro das organizações, com o caso A.P. Smith Manufacturing Company *versus* Barlow julgado pela Justiça Americana no qual, dessa vez, a Suprema Corte de Nova Jersey deu parecer favorável a doação de recursos para a Universidade de Princeton, sendo assim contrário aos interesses do grupo de acionistas. Desde então surgiram diversos autores que vêm debatendo contra e a favor da responsabilidade social corporativa dentro das organizações. (ASHLEY; COUTINHO; TOMEI, 2000).



Montana e Charnov (1998), afirmam que esse debate entre as diferentes abordagens é bem transparente na obra de dois autores importante Milton Friedman (1931) e Keith Davis (1918), no qual, é possível perceber a divergência no discurso deles sobre a responsabilidade social. O primeiro argumenta que a empresa por si mesma já contribui para sociedade, enquanto Keith Davis observa que o poder econômico provém da sociedade, devendo assim a empresa demonstrar sensibilidade social e devolver melhorias à mesma. É importante lembrar que tanto Friedman como Davis afirmam que a empresa deve seguir a lei e realizar os atos de responsabilidade social obrigatórios.

De acordo com Délano (1980 *apud* BERGAMASCHI; GOIS; CANOPF, 2008), nos últimos 30 anos a gestão social vem sendo ampliada e tornado-se um quesito fundamental na verificação da saúde empresarial, segundo muitos defensores do tema as corporações não podem mais ser medidas apenas por indicadores econômico-financeiros, mas também pelos indicadores sociais.

2.1 ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Para Robbins (2000) as expectativas da sociedade em relação aos negócios mudaram drasticamente com o passar dos anos, nos anos de 1950 organizações que contaminavam rios e geravam desmatamento tinham quase a certeza que sairiam impunes. Atualmente ações como essa se ocorrerem vão cair na primeira página dos jornais e resultar em investigações de grande escala.

De acordo com Srour (2000) foi na década de 50, nos Estados Unidos, que surgiu a política que determinou o economicamente correto, devido influência das instituições religiosas, nessa época aplicava-se somente à transações financeiras e era limitado a recusar qualquer tipo de negócio com empresas de armamento, tabaco, bebidas e material nuclear. Esse movimento hoje busca conciliar ética com lucro, abrangendo exigências cívicas e morais muito maiores que naquela época.

Segundo Robbins (2000), embora as organizações de hoje sejam mais socialmente corretas do que em qualquer outro momento da história, estas continuam ainda sendo criticadas por falta de responsabilidade social. Este fato ocorre, porque as expectativas da sociedade com relação ao que é uma conduta



adequada ou ética, cresceram mais rapidamente do que a capacidade das organizações melhorarem seu padrão de conduta.

Nos livros de Srour (2000) e Chiavenato (2003), é possível encontrar uma definição simplificada do ser ético. O segundo autor define que ser ético é fazer reflexão de escolhas a serem feitas, nas quais o outro deve ser considerado importante nesse processo de reflexão e tais escolhas não prejudiquem, mas sim beneficiem o semelhante, sempre tendo a atitude de responder pelo que se faz. Na mesma concepção o primeiro autor afirma que ser ético é ter a preocupação com o bom comportamento, é além de se considerar o bem estar pessoal, levar em consideração o das outras pessoas.

De acordo com Srour (1998), as organizações não mais desempenham apenas uma função econômica, mas também uma função ética. Quando os administradores passam a fazer a reflexão ética dentro da empresa, eles antecipam o que poderia ser considerado danoso aos negócios e isso permite evitar retaliações por parte de quem quer que seja, se a corporação adotar o prisma da responsabilidade social ela ganha, pois se torna mais sensível ao ambiente em que está inserida.

Kotler (1995) apresenta uma análise na qual a organização deve ter a consciência social, os gerentes devem observar elevados padrões éticos e morais quando tomam as decisões empresariais, tendo o compromisso independente do que o sistema permite. O autor lembra que existem muitos exemplos de organizações que tem padrões de acordo com as leis, mas totalmente irresponsáveis.

Segundo Bateman e Snell (1998 *apud* CANOPF, 2003) a questão ética numa organização é muito complexa; pois envolve os valores aceitos como corretos numa sociedade em que está inserida e os valores dos indivíduos que a gerem. Os padrões éticos logo irão variar de uma organização para outra proporcionalmente ao desnível desses conjuntos de valores.

Para Loures (2008), hoje existem muitos sujeitos éticos dentro das organizações e na sociedade, mas ele ressalta que só será possível combater muitos problemas sociais que existem hoje, construindo uma comunidade ética,



tarefa nada fácil que envolve um esforço conjunto do governo, sociedade em geral e das organizações.

2.2 DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Chiavenato (2003) descreve que há pouco tempo as empresas começaram a se preocupar com as suas obrigações sociais, estas só surgiram devido aos movimentos ecológicos e de defesa do consumidor. O autor realça que a responsabilidade social possui diferentes abordagens, pois toda organização possui alguma influência no seu ambiente, seja positiva ou negativa. Dentro dessa discussão da intervenção das corporações na sociedade surgiram duas posições antagônicas descritas pelos autores citados abaixo.

Montana e Charnov (1998), Robbins (2000) e Chiavenato (2003), abordam de forma semelhante duas classificações distintas da responsabilidade social. O primeiro autor divide em: visão Clássica, definida como uma visão puramente econômica onde a única responsabilidade social da administração da empresa é maximizar os lucros. A visão Socioeconômica, a qual vai além de simplesmente maximizar lucros, ela engloba a proteção e melhoria do bem-estar da sociedade.

Enquanto o segundo autor faz a divisão em dois modelos: modelo shereholder, caracterizado por se preocupar em maximizar lucros em satisfazer somente seus proprietários ou acionistas, com o objetivo de aumentar o valor das ações da organização, dentro das regras da sociedade. Modelo stakeholder, o qual é totalmente a favor da responsabilidade social, ressaltando que a maior responsabilidade da organização é garantir a sobrevivência em longo prazo e não apenas maximizando os lucros, mas atendendo os interesses dos diversos parceiros da organização, pois quando a sociedade melhora a organização é beneficiada.

E o terceiro divide a responsabilidade social em duas teorias com base em abordagens distintas. Posiciona-se com argumentos de Milton Friedman contra a responsabilidade social e outro com argumentos a favor da responsabilidade social, defendido por Keith Davis. Para Friedman a tarefa da empresa é otimizar os lucros para os acionistas fazendo bom uso dos recursos organizacionais, não assumindo responsabilidade social direta em premissas prática e teórica. Essa teoria ressalta



que empresas que se concentram em suas atividades e não em ações sociais se tornam mais competitivas e quando os recursos da empresa são usados em ações sociais esta pode ser prejudicada. Na visão de Davis, as organizações tem um compromisso de retribuir para sociedade o grande poder social que a elas foi dado, usando desse poder para melhorar a sociedade, se mostrando sensível até mesmo aos problemas que não estão ligados diretamente a ela.

2.3 ENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL EM RESPONSABILIDADE SOCIAL

Montana e Charnov (1998) e Chiavenato (2003), apontam que dentro das duas abordagens distintas da responsabilidade social, as empresas assumiram níveis diferentes de envolvimento organizacional em atividades e obras sociais, descritos como: **abordagem da obrigação social, abordagem da responsabilidade social e abordagem da sensibilidade social**. Robbins (2000) cita as mesmas abordagens, diferenciando somente a denominação de abordagem da sensibilidade social por abordagem da reatividade social.

Segundo Montana e Charnov (1998), Robbins (2000) e Chiavenato (2003), a abordagem da obrigação social ocorre quando as principais metas da empresa são de caráter econômico, as corporações ficam focadas na otimização dos lucros e do patrimônio dos acionistas, nesse tipo de abordagem a empresa atende o mínimo exigido por lei, não assumindo nenhum esforço voluntário para as ações sociais e só ocorrem metas sociais na medida em que estas contribuam para as metas econômicas da organização.

Os gerentes que adotam a abordagem da obrigação social trabalham somente em conformidade com a lei e podem influenciar políticos que tem o mesmo ponto de vista, tentando criar novas leis ou até mesmo abolir as já existentes. Na concepção desses gerentes a empresa já faz sua obrigação social ao otimizar os lucros e manter o emprego dos funcionários, para eles as organizações devem prestar contas apenas para seus donos e não à sociedade.

O método da obrigação social enfatiza que a obrigação legal ou o benefício próprio é o único ponto determinante para a responsabilidade social, do contrário essa responsabilidade deve ser de outra pessoa ou do governo. Hoje a abordagem



da obrigação social é constantemente criticada, devido ao fato de seus gerentes e acionistas limitar a resposta empresarial para os problemas sociais. Embora essa abordagem limita-se ao cumprimento da lei, é necessário que os administradores adeptos a esse método estejam constantemente atualizados às mudanças das obrigações sociais, pois o número de leis de responsabilidade social vem aumentando cada vez mais, e o não-cumprimento pode acarretar em multas e até mesmo prisões dos dirigentes da organização.

De acordo com Montana e Charnov (1998), Robbins (2000) e Chiavenato (2003), a abordagem da responsabilidade social adiciona um indispensável fator ético ao fazer aquelas coisas que melhoram a sociedade e não fazer aquelas que poderiam piorá-la. Faz parte dessa abordagem não se limitar à metas econômicas e aos fatores econômicos, mas também perseguir metas de longo prazo que sejam boas à sociedade, nesse método é fundamental que a empresa conheça o certo e o errado, buscando assim usar seus recursos para fazer projetos de bem-estar social, contudo sem trazer danos econômicos à organização. A abordagem da responsabilidade social busca ativamente a aprovação da comunidade, tentando conquistar uma imagem de politicamente correta, por meio de grandes esforços na área de relações públicas. Em geral, os gerentes desse método buscam possíveis meios de solução, eles incentivam seus funcionários a participarem dos esforços de responsabilidade social e frequentemente os recompensam por tais esforços. Pode-se dizer que as organizações que praticam a abordagem da responsabilidade social são empresas com adaptação reativa, pois agem para providenciar uma solução para problemas já existentes.

Para Montana e Charnov (1998), Segundo Robbins (2000) e Chiavenato (2003), a abordagem da sensibilidade social ou reatividade social, das três descritas é a que mais exige das empresas, pois a organização não tem apenas metas econômicas e sociais, mas ela tem que se antecipar aos problemas sociais futuros e agir no presente em resposta a eles. É um método onde a empresa precisa mostrar sua capacidade de adapta-se à mudanças nas condições sociais. Esse tipo de organização sonda o ambiente para identificar mudanças nos costumes e atitudes da sociedade e, em seguida, os gerentes mudam suas práticas para acompanhar o padrão em vigor.



A empresa com sensibilidade social acredita que a cidadania corporativa envolve assumir um papel proativo na sociedade, no qual a organização procura ativamente por envolvimento na comunidade e incentiva seus funcionários a fazerem o mesmo. As corporações com essa abordagem adotam uma postura de identificar problemas futuros e criar ações para evitar o aparecimento desse problema ou minimizar seus reflexos. Esse tipo de empresas não apoiará somente as leis vigentes, mas também apoiará ativamente a adoção de nova legislação que satisfaça as necessidades sociais.

Para os autores esse conceito tem um objetivo mais tangível e realizável do que o de responsabilidade social. No lugar de avaliar o que é bom para sociedade a longo prazo a empresa com sensibilidade social sonda o ambiente, identifica os problemas sociais e altera seu envolvimento social para responder à mudanças nas condições da sociedade, antes que tais problemas se tornem críticos. Esta abordagem proativa pode gerar um impacto negativo nos lucros da empresa, mas isso se justificará quando for alcançado o bem maior da sociedade na qual ela opera.

3 MOVIMENTO COOPERATIVISTA

De acordo com Veiga (2001), as cooperativas tiveram sua origem através de ações defensivas de trabalhadores contra os altos preços de primeira necessidade. A mais antiga cooperativa com registros documentados teve início em 1760, e era formada por trabalhadores dos estaleiros de Woolwich e Chatham, na Inglaterra. Estes trabalhadores fundaram moinhos de cereais em base cooperativa com o objetivo de não pagar os altos preços dos impostos pelo monopólio de moleiros do local.

Segundo Rech (2000 *apud* SALANEK, 2007, p 73) e Veiga (2001, p.19), apesar de relatos históricos de outras organizações de cooperação, a referência mundial para o movimento cooperativista teve início com a criação da cooperativa Probos Pioneiros de Rochdale em 1844. Considerada como uma cooperativa de consumo moderna a qual era formada por um grupo de 28 pessoas, que estavam com graves dificuldades financeiras para comprar gêneros de primeira necessidade.



Esses trabalhadores resolveram então se associar para fazer compras desses produtos em conjunto, conseguindo, assim, melhor preço.

Veiga (2001) relata que a diferença entre a cooperativa de Rochdale e os demais empreendimentos cooperativos até então, foi que a Rochdale teve outras preocupações, não se limitando apenas constituir a cooperativa, mas elaborando em conjunto um corpo de ideias e regras gerais de funcionamento, com base em princípios morais de conduta. Tais princípios são enunciados por Iron (1997, p.48) “como: (1) Adesão livre; (2) Controle democrático; (3) Devolução ou retorno sobre as compras; (4) Juros limitados para o capital; (5) Neutralidade política e religiosa; (6) Vendas a dinheiro e a vista; (7) Fomento do ao ensino.”

De acordo com a OCB (Organizações das Cooperativas Brasileiras), os membros de cooperativas devem crer nos valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e interesse pelos outros, princípios deixados pelos pioneiros de Rochdale, que mesmo após serem revistos pela Aliança Cooperativista Internacional, ainda continuam sendo alicerces de todas as cooperativas do mundo.

Para Rech (2000 *apud* SALANEK, 2007, p.74) o cooperativismo teve início no Brasil no estado de São Paulo, foi em 1932 que surgiu a primeira legislação específica para o cooperativismo devido à dificuldade de comércio internacional do café, somente em 1971, por meio da Lei 5.764/71, ficou instituída no Brasil uma legislação para as cooperativas. Segundo Bialoskorski (1998 *apud* SALANEK, 2007, p.75) o cooperativismo brasileiro se caracterizou inicialmente como cooperativismo de consumo, tendo como grande influência a imigração europeia, que foi a grande responsável pela consolidação do sistema no Brasil. A maior parte dos imigrantes estava no sul do Brasil, fazendo assim com que o Estado do Paraná exercesse importante participação no processo de estruturação do sistema cooperativista.

3.1 ORGANIZAÇÃO COOPERATIVISTA

De acordo com a Lei nº 5.764/71, citada por Tachizawa (2005, p. 314), as “Cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias,



de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

Segundo Veiga (2001), pode-se definir uma cooperativa pela união de 20 pessoas ou mais, sem fins lucrativos, embora tenha fins econômicos, esta é regida pelo princípio democrático que cada pessoa é um voto, tendo três características básicas a gestão, a propriedade e o repartir das sobras. As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia e participação. Tradicionalmente os associados acreditam nos valores éticos de honestidade, responsabilidade social e preocupação com seus semelhantes.

Para Cruzio (2005) as cooperativas podem ser organizadas como união de trabalhadores ou profissionais diversos, que se associam por iniciativa própria, sendo estes livres para ingressar quando tiver interesse, desde que os interesses individuais em produzir, comercializar ou prestar um serviço não sejam conflitantes com os objetivos gerais da cooperativa.

Segundo Salenak (2007) No Brasil o sistema cooperativista tem na OCB seu órgão máximo de representação. O sistema conta também com o SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, instituição responsável pelo ensino, formação profissional, organização e promoção social dos associados e funcionários das cooperativas brasileiras.

O Brasil possui 6.652 cooperativas registradas em todo o território nacional, possuindo 9.016.527 associados e 298.182 empregados. Atualmente o ramo agropecuário é o mais representativo, possuindo 1.548 cooperativas com 146.011 empregados e com 943.054 associados (OCB, 2010).

De acordo com Cruzio (2005) e Tachizawa (2005) existem diferentes tipos de cooperativas são elas: de serviços comunitários, de consumo, de trabalho, de agropecuárias e agroindústrias, de mineração, habitacionais, de produção, educacionais, de crédito e especiais.

Os princípios relacionados a baixo são as linhas doutrinárias, orientadas para as ações práticas das cooperativas OCB (2013):

1º Princípio - Adesão voluntária e livre - As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como cooperados, sem discriminações sociais, raciais, políticas, religiosas ou de gênero.



2º Princípio - Gestão democrática e livre - As cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus cooperados, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os conselheiros e diretores - eleitos nas assembleias gerais como representantes dos demais cooperados - são responsáveis perante estes.

3º Princípio - Participação econômica dos cooperados - Os cooperados contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Os cooperados destinam os excedentes a finalidades como o desenvolvimento da cooperativa, eventualmente através da criação de reservas; benefício aos cooperados na proporção das suas transações com a cooperativa; apoio a outras atividades desde que aprovadas pela assembleia geral dos cooperados.

4º Princípio - Autonomia e independência - As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos cooperados. Em caso de firmarem acordos com outras organizações – incluindo instituições públicas – ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos cooperados e mantenham a autonomia da sociedade.

5º Princípio - Educação, formação e informação - As cooperativas promovem a educação e a formação de seus cooperados, dos representantes eleitos, dos gerentes e de seus funcionários, de forma que estes possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento da cooperativa. Divulgam os princípios de cooperativismo, e informam a natureza e os benefícios da cooperação para o público em geral, particularmente para os jovens e os líderes de opinião.

6º Princípio - Intercooperação – Para as cooperativas prestarem melhores serviços a seus cooperados e agregarem força ao movimento cooperativo, devem trabalhar em conjunto com as estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º Princípio - Interesse pela comunidade - As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos cooperados. Este sétimo princípio foi especialmente instituído pelo Congresso da Aliança Cooperativa Internacional em setembro de 1995.

Segundo Veiga (2001, p.18), “o cooperativismo procura proteger a economia dos trabalhadores e se caracteriza por garantir a participação mais ampla possível da população nos frutos da atividade econômica”.

4 METODOLOGIA

O estudo de natureza teórico-empírica, com uma abordagem qualitativo, exploratório e descritivo, teve como objeto de estudo quatro cooperativas de São João, duas atuando na linha de crédito e duas no ramo agropecuário e agroindustrial. Para coleta de dados utilizou-se de um questionário semi-estruturado, contendo uma pergunta fechada e quatro abertas e foram elaboradas com base em Montana e Charnov (1998), Robbins (2000) e Chiavenato (2003).



Para coleta de dados, procedeu-se agendamento antecipado e em seguida realizou-se entrevista *in loco*. Foi entrevistado um responsável pelo departamento de promoção social, um assessor de comunicação e marketing, um presidente e um gerente, resguardando o anonimato dos respondentes e da cooperativa.

No momento da entrevista solicitou-se aos entrevistados autorização para transcrever as respostas na íntegra. Cada entrevista teve duração média de 30 minutos e foram realizadas durante os dias 04 a 08 de março de 2013.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Este estudo foi realizado em cooperativas devido ao fato destas organizações terem inculcido nos seus princípios o compromisso com a responsabilidade social. A apresentação dos dados deu-se pela análise das falas dos entrevistados à luz dos conceitos propostos na teoria. Para resguardar o anonimato, as cooperativas serão denominadas de cooperativa A, B, C e D.

Quando solicitado aos entrevistados que assinalasse a alternativa que mais se aproximasse com as metas da cooperativa em relação à responsabilidade social, tendo como alternativa que caracterizava o cumprimento das obrigações legais: (1) “Otimização dos lucros e do patrimônio dos acionistas, atendendo as obrigações sociais exigidas por lei”; a alternativa que caracterizava o cumprimento da responsabilidade social: (2) “Otimização dos lucros e do patrimônio dos acionistas, atendendo as obrigações sociais exigidas por lei e tendo metas sociais voluntárias”; e por fim a alternativa que caracterizava a sensibilidade social: (3) “Otimização dos lucros e do patrimônio dos acionistas, atendendo as obrigações legais e sociais exigidas por lei, prevendo problemas sociais futuros e investindo recursos adicionais para resolvê-los”, os quatro entrevistados assinalaram a terceira alternativa, da pergunta fechada, ou seja, todos acreditam que suas organizações estão exercendo atividades que caracterizam a **sensibilidade social**. Que de acordo com Montana e Charnov (1998), Robbins (2000) e Chiavenato (2003), tem um objetivo mais tangível e realizável do que o de responsabilidade social.

Esta abordagem de responsabilidade social, ao invés de avaliar o que é bom para sociedade ao longo prazo, preocupa-se com sensibilidade social. Movimento



este que sonda o ambiente e identifica os problemas sociais, tentando solucioná-los antes mesmo de eles existirem.

Para verificar as práticas das cooperativas relacionadas a responsabilidade social, os entrevistados foram questionados sobre quais as atividades sociais e educacionais a cooperativa desenvolve junto a cooperados, colaboradores, familiares e sociedade em geral. A entrevistada A respondeu que *“fazemos doações conforme solicitações da comunidade (Ex. Festas, etc); palestras para a comunidade para conscientizar seus colaboradores das possíveis doenças que podem prejudicar a matéria-prima (leite de vaca); e ajuda a casa irmão Cirilo, mensalmente”*. A entrevistada B respondeu que: *“trabalhamos na capacitação dos colaboradores para melhor atendimento dos associados, palestras de educação financeira para cooperados; algumas vezes fazendo doação de leite para ação social; parceria com Rotary nas ações de campanha de educação no trânsito”*. A entrevistada C deu ênfase que *“desde o início de 2010 existe um projeto de parceria com a Prefeitura voltada para a formação de crianças e adolescentes com o foco em cidadania e cooperação. Outro projeto também desenvolvido é o de educação cooperativa para formação do quadro social (associados) – três encontros para ensinar os associados a melhor aplicar os seus recursos financeiros; e no início de 2012 a ação de reciclagem de papel onde a própria cooperativa guarda os restos para reciclagem”*. A entrevista D destacou que *“existe um constante treinamento de seus colaboradores para que estes tenham uma melhor formação, conhecimento e produtividade; outra atividade desenvolvida pela empresa é o investimento na família de seus cooperados através de reuniões com as mulheres e com os jovens.”* Esse projeto conhecido como comitês cooperativos femininos e dos jovens tem como objetivo a integração entre a cooperativa D e a família de seus cooperados para um desenvolvimento pessoal dos familiares e consequentemente da cooperativa.

Analisando as respostas da primeira pergunta aberta foi possível verificar que todas as cooperativas trabalham voltadas para formação de seus cooperados e familiares, não deixando assim de cumprir seu papel social, embora faça parte do 5º princípios cooperativistas a educação, formação e informação dos associados, estas ações interferem positivamente na sociedade local, trazendo benefícios indiretamente para todos. Outro aspecto relevante é que as cooperativas A e B fazem contribuições voluntárias para comunidade e a cooperativa C demonstra uma



preocupação com as questões ambientais. Características estas de organizações com responsabilidade social as quais segundo Montana e Charnov (1998) Robbins (2000) e Chiavenato (2003) não se limitam à metas econômicas e aos fatores econômicos, mas também perseguem metas de longo prazo que sejam boas à sociedade.

Quando questionados se existem ações futuras referente a responsabilidade social que a cooperativa pretende desenvolver e quais são. A cooperativa A respondeu que *“existe a intenção de trabalhar em parceria com outras cooperativas para formação dos filhos dos cooperados, desenvolvendo nesses uma mentalidade cooperativista, apresentando a eles filosofia cooperativista”*. A cooperativa B respondeu que *“temos a intenção de fazer palestras para os associados para que esses tenham a boa prática da captação de recursos, ou seja, poupança”*. A cooperativa C deu ênfase a existência de um programa de sustentabilidade empregado pela cooperativa o qual é mais voltado ao meio ambiente, *“... exemplo disso é reciclagem de papel e de copo”*. Quando questionada se a verba para tais ações provinham dos resultados da cooperativa o entrevistado da cooperativa C revelou que todas as ações de responsabilidade social são feitas com o Fundo de Assistência Técnica Social e Educacional, o qual é obrigatório por lei em todas as cooperativas, que 5% das sobras sejam direcionadas para fins sociais. A cooperativa D tem um projeto futuro de trabalhar nas escolas com o princípio cooperativista.

As cooperativas A, B e D, descreveram como ações futuras por em prática o 5º princípio do cooperativismo, o qual orienta as cooperativas promoverem a educação e a formação de seus cooperados, dos representantes eleitos, dos gerentes e de seus funcionários, de forma que estes possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento da cooperativa. Divulgam os princípios de cooperativismo, e informam a natureza e os benefícios da cooperação para o público em geral, particularmente para os jovens e os líderes de opinião (OCB, 2013), é possível perceber que estas ações são mais voltadas para disseminar a filosofia cooperativa e conseqüentemente não permitir que o movimento venha se extinguir ou ser prejudicado, como pode ser visto claramente na fala da cooperativa B, novamente pode-se definir que tais ações se caracterizam por responsabilidade social e não por sensibilidade como afirmado na primeira pergunta. A cooperativa C nessa questão



demonstrou que tem projetos futuros mais voltados para o meio ambiente, embora suas ações não possam ser caracterizadas como de sensibilidade social, a cooperativa está trabalhando com um problema existente, ou seja, o desmatamento e a poluição. Por outro lado, as organizações com sensibilidade social sondam o ambiente para identificar mudanças nos costumes e atitudes da sociedade, e em seguida, os gerentes mudam suas práticas para acompanhar o padrão em vigor.

Quando questionadas se a cooperativa reage de maneira reativa (detecta o problema e executa ações sociais a partir dele) ou proativa (antecipa o problema futuro e age desenvolvendo ações para evitar o seu aparecimento); solicitado um exemplo da ação (pergunta que expressa claramente uma característica de organizações com responsabilidade social (reativa) e uma organização com sensibilidade social (proativa)), a respondente A deu ênfase que age das duas formas, tanto reativa quanto proativa. Reativa *“ao encontrar antibiótico no leite, problema que se repetia por vários meses – a cooperativa fez palestras para conscientizar os seus associados e familiares para eliminar esse problema”*. E de maneira Proativa, *“a cooperativa não vende medicamentos que tenha antibiótico que possam deixar resíduos no leite”*. Outro exemplo citado foi que *“a cooperativa incentiva seus associados a fazer os exames nos animais para evitar surtos de doenças, e não vende medicamentos que possa descartar o leite”*, (embora o entrevistado tenha afirmado que o antibiótico na lei é proibido e gera descarte dando prejuízo para cooperativa e os exames são obrigatórios por lei). A respondente B afirmou *“nossas reações são proativas, buscando sanar o problema em sua origem, com o planejamento voltado ao crédito”*, para que os seus associados não extrapolem o crédito a cooperativa faz o controle da liberação, é seguida a lei da cooperativa analisado o crédito do cooperado; A entrevistada C respondeu que age com ações proativas, pois *“trabalhamos com crianças o conceito de cidadania e cooperação; além de fazer a reciclagem de papéis e de copos”*. A cooperativa D respondeu que *“sempre que possível tenta ser proativa, se antecipando a problemas que possam aparecer no futuro”*, destacando a preocupação que a cooperativa tem com a formação dos jovens que ocupam o seu quadro social sendo sócios ou filhos dos sócios, *“sabemos que toda empresa que se preocupa com os jovens tem o futuro garantido no seu processo de continuidade”*. O exemplo dessa ação, é o curso de formação de novas lideranças que já formou 5 turmas num total de 150



alunos, totalizando 80h de curso. *“Nossos jovens estão sendo treinados, pois temos a consciência que eles serão às futuras lideranças da cooperativa”*.

Os respondentes A e B relataram como proativas ações da cooperativa que se caracterizam como reativas, o relato da cooperativa A demonstra claramente esse equívoco com o exemplo de não vender antibióticos para os associados, entretanto é uma obrigação legal da cooperativa não revender leite com antibiótico, o que causava prejuízo para esta ao descartar o leite que apresenta vestígios de antibióticos. A cooperativa B também descreveu uma ação reativa, pois eles já possuem um limite de crédito devido a problemas já ocorridos, é uma forma de prevenção para própria cooperativa. As cooperativas C e D demonstram uma preocupação com as crianças e os jovens, embora esses projetos se caracterizem como de responsabilidade social, os quais de acordo com Montana e Charnov (1998), Robbins (2000) e Chiavenato (2003), a abordagem da responsabilidade social busca ativamente a aprovação da comunidade, tentando conquistar uma imagem de politicamente correta, por meio de grandes esforços na área de relações públicas. Em geral, os gerentes desse método buscam problemas atuais e seus possíveis meios de solução. Organizações com responsabilidade social são empresas com adaptação reativa, pois agem para providenciar uma solução para problemas já existentes.

Os respondentes podem ter confundido em suas respostas as características da ação reativa e da proativa por desconhecimento do que é uma ação proativa em responsabilidade social ou em uma tentativa de identificarem-se com as ações proativas para transmitir uma imagem favorável da cooperativa à pesquisadora.

Quando questionadas se a cooperativa incentiva os funcionários a se envolverem em ações sociais, e se existe alguma gratificação por isso, a cooperativa A respondeu que *“não existe nenhum trabalho com os funcionários a respeito disso, mas temos a flexibilidade de mudar”*. A cooperativa B afirmou que *“sim existe um grande incentivo, mas não existe gratificação por isso”*. A entrevistada C respondeu que seus funcionários *“são incentivados a fazer parte de ações sociais como trabalhar nas festas da comunidade, Ex. trabalhar no caixa, porém não existe gratificação em dinheiro”*. Reconhecimento dos funcionários e pesquisa de clima



organizacional; porém os funcionários ainda sentem-se pouco recompensados pela cooperativa. A cooperativa D, *“tem o convite, mas não tem gratificação”*.

Na primeira questão todos os entrevistados demonstraram acreditar que suas organizações estão exercendo atividades que caracterizam a sensibilidade social; que de acordo com Montana e Charnov (1998), Robbins (2000) e Chiavenato (2003), é uma abordagem proativa que pode gerar um impacto negativo nos lucros da empresa, mas isso se justifica quando for alcançado o bem maior da sociedade na qual ela opera. Ela tem um objetivo mais tangível e realizável do que o de responsabilidade social. No lugar de trabalhar na sociedade problemas existentes a empresa com sensibilidade social sonda o ambiente e identifica os problemas sociais, tentando solucioná-los antes mesmo deles existirem, mas esta afirmação que as cooperativas possuem características de organizações com sensibilidade social, quando analisada as respostas dos quatro entrevistados, se pôs em contradição, pois ao solicitar que destacassem as práticas da cooperativa que demonstram o cumprimento, em suas respostas espontâneas (perguntas abertas), destacaram que efetivamente **buscam atender as obrigações legais do cooperativismo**, sem investir recursos extras do exigido pela lei, que se resume a 5% dos resultados da cooperativa, pode-se assim dizer que as cooperativa de São João se caracterizam com ações de responsabilidade social e não de sensibilidade social como entendido pelos entrevistados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a literatura dos diversos autores foi possível perceber que o conceito de responsabilidade social vem sendo ampliado com o passar dos anos, hoje independente do envolvimento da organização com a responsabilidade social, é necessário que os gerentes estejam constantemente atualizados com as mudanças das obrigações sociais, pois o número de leis vem aumentando cada vez mais.

As cooperativas do mundo todo têm por alicerce os princípios deixados pelos pioneiros de Rochdale, os quais afirmam que os membros dessa entidade devem crer nos valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e interesse pelos outros, ou seja, estas devem agir de maneira favorável as questões



sociais, pois faz parte da filosofia cooperativista a responsabilidade social, o ser ético, ou seja, ter um bom comportamento diante a sociedade, não prejudicando o outro, mas sim se possível ajudar os envolvidos no processo.

Durante as entrevistas realizadas com as quatro cooperativas foi possível perceber, que ainda não se tem um entendimento correto do que é responsabilidade social, alguns entrevistados citaram como práticas de responsabilidade social, ajudar no “caixa de festas da comunidade”, limitando a responsabilidade da cooperativa a participar de uma festa, uma vez no ano e ainda promovendo o nome da cooperativa.

Apesar de todas as entrevistadas tentarem transmitir uma imagem positiva em relação à responsabilidade social, como organizações sensíveis; ao confrontar as respostas entre si, e com o referencial teórico proposto, não foi relatada nenhuma ação que não envolvesse atividades sociais obrigatórias dentro da utilização dos recursos do fundo no qual as cooperativas estão ligadas e que precisam utilizar durante o ano, para ações de formação e educação do cooperado, funcionários e familiares, ação descrita no 5º principio do cooperativismo, o qual foi possível perceber em muitas das respostas dos entrevistados.

Durante o estudo foi notável nas respostas de todos os entrevistados a preocupação com o cumprimento do 5º principio cooperativista, todas as cooperativas possuem claramente o objetivo de capacitar os cooperados, familiares e funcionários, além de divulgar os princípios cooperativistas para jovens e sociedade local, com o objetivo de disseminar a filosofia do cooperativismo, ação essa relatada pelos entrevistados como responsabilidade social, embora não passa do simples cumprimento da lei do cooperativismo.

As cooperativas, mesmo verificado que suas atividades sócio-ambientais estão dentro do roll de atividades obrigatórias, na visão de seus líderes, estão realizando o máximo viável de atividades no campo da responsabilidade social (sensibilidade social), o que na realidade é uma falácia, ou seja, um engano quando posto a luz dos conceitos reais que identificam os níveis de envolvimento com a responsabilidade social em que uma organização pode ser classificada. Ainda assim as cooperativas merecem certo destaque visto que se comparadas as demais organizações econômicas de nossa sociedade local, percebemos que estão a frente



no caminho da responsabilidade social e da valorização do ser humano e do meio ambiente.

BIBLIOGRAFIA

ASHLEY, Patrícia Almeida; COUTINHO, Renata Buarque Goulart; TOMEI, Patrícia Amelia. **Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa.** In: Anais Eletrônicos do XXIV Anual da ENANPAD, 2000.

BERGAMASCHI, Leandro; GÓIS, Pedro Henrique de e CANOPF, Liliane. Responsabilidade Social: O papel das organizações no ambiente global. Revista TECPAC. V.2, n. 02, p.53-57, ano 02, 2008.

CANOPF, Liliane. **Concepção de responsabilidade social dos cursos em administração da região do Sudoeste do Paraná.** Maringá, 2003. 124 p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios). Universidade Estadual de Maringá.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações.** 7 ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CRÚZIO, Helenon de Oliveira. **Como Organizar e Administrar um Cooperativa: uma alternativa para o desempenho.** 4 ed., Rio de Janeiro: FGV, 2005.

KOTLER, Philip. **Princípios de Marketing.** 7 ed., Rio de Janeiro: JC, 1995.

MONTANA, Patrick J.; CHARNOV, Bruce H. **Administração.** 1 ed., São Paulo: Saraiva, 1998.

OCB, www.ocb.org.br, acessado em 04 de março de 2013.

ROCHA LOURES, Rodrigo C. da. **Educar e inovar na sustentabilidade.** 1 ed., Curitiba: UNINDUS, 2008.

ROBBINS, Stephen Paul. **Administração: mudanças e perspectivas.** 1 ed., São Paulo: Saraiva, 2000.

SALANEK, Pedro Filho. **Capital social e cooperativismo agropecuário no processo de desenvolvimento sustentável local: uma avaliação da região de atuação da cooperativa Copacol.** Curitiba, 2007. 160 p. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento). UNIFAE Centro Universitário.

SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial.** 8 ed., Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SROUR, Robert Henry. **Poder, cultura e ética nas organizações.** 8 ed., Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira.** 3 ed., São Paulo: Atlas, 2005.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação.** 1 ed., Rio de Janeiro: DP&A, Fase, 2001.

